

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Modo de Disputa Aberto nº 001/2019 – Processo de Compra 514100-085/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DA REDE IP MULTISSERVIÇOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Impugnante: Lucas Martins Magalhães da Rocha.

1. RESUMO:

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico referenciado, pelo Advogado Lucas Martins Magalhães da Rocha, doravante IMPUGNANTE, onde requer que seja revisto o instrumento convocatório.

2. ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Em sede de admissibilidade da impugnação, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016.

A impugnação foi informada por meio de mensagem eletrônica encaminhada pelo Advogado Lucas Martins Magalhães da Rocha, em 20/03/2020, para o endereço eletrônico compras@prodemge.gov.br, portanto, encontrando-se TEMPESTIVA.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL APRESENTADA PELO LUCAS MARTINS MAGALHÃES DA ROCHA:

Importante ressaltar que a análise e as respostas referente as questões técnicas apresentadas na impugnação foram realizadas pela Gerência de Controle de Níveis de Serviço – GCS, demandante do serviço, objeto desta licitação, por fugir à competência desta Agente de Licitação.

O Advogado Lucas Martins Magalhães da Rocha, em síntese na sua peça de impugnação apresentada, alega:

- 1) *Prever a exigência de índices contábeis, nos termos do parágrafo primeiro do art. 53 do RILC, com vistas a comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes; e,*
- 2) *Prever a exigência de atestado de capacidade técnica, nos termos do inciso I, art. 52 do RILC, com vistas a comprovação da qualificação técnica dos licitantes.*
- 3) *Por fim, pede-se que o prazo de publicação do Edital seja reaberto, em virtude das alterações substanciais necessárias, que impactam na participação de fornecedores e na*

elaboração de propostas, nos termos do item 13.19 do Edital, do parágrafo segundo do art. 48 do RILC da PRODEMGE, e, do art. 39 da Lei das Estatais.

4. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Requer o impugnante a análise das razões apresentadas, com a reabertura do processo licitatório para alterações nas cláusulas editalícias que impactam na participação dos fornecedores e elaboração de propostas.

5. DOS PEDIDOS E ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS:

DA OMISSÃO QUANTO ÀS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Em relação à qualificação econômico-financeira requer o IMPUGNANTE, que seja solicitado no edital a exigência obrigatória de índices econômicos, patrimônio líquido mínimo, além da Certidão de Falência e a declaração de constituição de garantia já exigida no edital deixando de observar o RILC.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

Diante da exigência de garantia contratual no edital e seus anexos, não deve ser exigida a comprovação de liquidez, nos termos da Súmula 275 do TCU:

*"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, **patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado**, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços." (Grifo nosso).*

Ainda de acordo com o art. 47 do Regulamento Interno de Licitações e contratos da Prodemge:

"Art. 47. É vedado constar do instrumento convocatório, excetuando as possibilidades previstas neste RILC e que demandam de prévia motivação, as seguintes disposições:

I - Cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, sem prévia motivação";

Desta forma, a comprovação de patrimônio líquido e índices de liquidez somente poderão ser solicitados quando a Administração não exigir a comprovação de garantia no instrumento convocatório.

Portanto, exigir tal qualificação para a habilitação edital pode configurar grave restrição de participação de outras empresas no certame, podendo ainda ser considerado excesso de formalismo.

2. DA OMISSÃO QUANTO ÀS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Em relação à qualificação técnica requer o IMPUGNANTE, que seja solicitado no edital, a exigência atestado de capacidade técnica, além de autorização da Anatel solicitado no edital, em atendimento ao exigido no inciso II, art. 52 do Regulamento Interno de Licitações Contratos – RILC.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

As exigências de qualificação técnica previstas no edital são suficientes à averiguação da capacidade do fornecedor em prestar os serviços ora licitados, tal qual usualmente exigido nas licitações.

3. DECISÃO

Diante do exposto, sem mais nada a evocar, respeitados os princípios dispostos na legislação vigente, esta agente de licitação, equipe de apoio e área técnica demandante conhecem a impugnação apresentada pelo Lucas Martins Magalhães da Rocha .

Considerando que as razões apresentadas não foram suficientes, considero IMPROCEDENTE a alegação do impugnante, sendo mantidos o presente edital e seus anexos.

Registre-se que a abertura da sessão pública e realização da etapa competitiva do presente certame, permanecerá no dia 27/03/2020 às 09:00, conforme publicação por meio do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 07/03/2020.

Belo Horizonte, 25 de março de 2020.

Agente de Licitação
Gerência de Compras